

Ações voluntárias: uma análise crítica do programa Atuação Responsável

Jacques Demajorovic

jacques.demajorovic@sp.senac.br, Senac, São Paulo – SP
[Brasil]

Fabio Rubens Soares

fsoares@cabot-corp.com, São Paulo – SP [Brasil]

Em 2006, o programa Atuação Responsável completa 21 anos. Trata-se da mais importante iniciativa de um setor empresarial no campo de ações voluntárias na área socioambiental em nível mundial. Essa empreitada foi motivada para sanar problemas de imagem pública enfrentados pelo setor químico, devido ao recrudescimento da legislação nas áreas de meio ambiente, de saúde e de segurança, e em decorrência dos grandes acidentes e dos processos de contaminação ocorridos nas décadas de 1970 e 1980. Diante dessa realidade, representantes-chave do setor químico compreenderam que era essencial que se fizesse uma campanha integrada com o objetivo de modificar práticas gerenciais no campo socioambiental e que, ao mesmo tempo, revertisse essa imagem negativa junto à opinião pública. Uma análise crítica dos resultados alcançados por essa ação, no entanto, revela visões bastante diferenciadas em relação ao alcance do programa e seus limites. Este artigo analisa o desdobramento dessa iniciativa em âmbito mundial, indicando seus principais resultados e suas fragilidades.

Palavras-chave: Acidentes industriais.
Indicadores. Risco socioambiental.

É impossível dissociar o desenvolvimento do programa Responsible Care (Atuação Responsável) do que ocorreu em 3 de dezembro de 1984, na unidade industrial da Union Carbide, em Bhopal, Índia. Considerada, em nível mundial, uma das principais empresas do setor químico, a empresa se transformou em símbolo dos riscos tanto socioambientais que oferece aos trabalhadores, às comunidades e ao meio ambiente quanto em relação à sustentabilidade dos negócios das empresas não comprometidas com a questão socioambiental.

Em 1984, a Union Carbide registrava um faturamento de 12,5 bilhões de dólares por ano, com 1,2 mil unidades industriais no mundo. Nessa época, segundo Piasecki (1995), a empresa era uma referência no campo socioambiental. No entanto, nenhuma dessas características da empresa resistiu aos números da tragédia ocorrida em Bhopal. As estatísticas oficiais indicam que o acidente causou 2.352 mortes e feriu mais de 200 mil pessoas. Desse total de feridos, 20 mil apresentaram disfunções pulmonares permanentes, além de outras seqüelas. As estimativas extra-oficiais, no entanto, apontam para um número total de mortes que varia de 1,8 mil a 20 mil pessoas (JOHNSON, 1998). Para Demajorovic (2003), além das vítimas diretas, o acidente desencadeou desdobramentos que serviram de alerta para o setor empresarial. A perda financeira experimentada pela empresa, o estímulo dos grupos ambientalistas para incrementar suas ações contra produtos e processos químicos e o avanço da legislação ambiental, que passou a interferir nos processos de tomada de decisão das empresas, alertou os representantes de diferentes setores empresariais sobre a necessidade de incorporar, tanto no seu discurso quanto na sua prática, a variável socioambiental.

Poucos setores empresariais entenderam essas relevantes mudanças que ocorreram na sociedade como o setor químico. Ainda mais importante é a forma como essa percepção se traduziu em ação concreta, que foi de maneira absolutamente singular em relação à retórica da responsabilidade socioambiental de outros setores industriais, uma vez que o novo discurso não partiu de posições individuais dos representantes empresariais,

mas de uma campanha integrada mundialmente. Para os atores-chave do setor químico e petroquímico, tornava-se evidente que, apenas evitando acidentes e com a adoção de medidas paliativas, seria possível interromper o avanço da legislação ambiental e a intervenção dos órgãos ambientais no setor.

Por meio do Atuação Responsável foi dado início a uma campanha integrada, com o objetivo de modificar práticas gerenciais no campo socioambiental e, ao mesmo tempo, reverter a imagem negativa do setor junto à opinião pública. Este artigo apresenta um retrospecto do desenvolvimento do programa no mundo e no Brasil, avaliando criticamente seus principais resultados para o setor químico e algumas de suas fragilidades.

2 O programa e seus resultados

O Atuação Responsável tem sua origem em uma iniciativa similar da Associação dos Produtores Químicos do Canadá (em inglês Canadian Chemical Producers Association [CCPA]), em 1985. Quatro anos depois, o Conselho Internacional das Associações Químicas (em inglês International Council of Chemical Associations [ICCA]) foi criado com o seguinte objetivo: coordenar a implantação do programa em nível mundial, definido como um compromisso do setor químico para a melhoria contínua em todos os aspectos relacionados à saúde, à segurança e ao desempenho ambiental, garantindo a transparência de suas atividades, planos e objetivos (INTERNATIONAL COUNCIL OF CHEMICAL ASSOCIATIONS, 1998).

Hoje, a iniciativa envolve 48 países, cobrindo 87% da produção química do mundo inteiro. Em cada região, as associações químicas locais são responsáveis pela implementação do programa, com autonomia para priorizar alguns de seus aspectos, respeitando os princípios básicos. Em todos os países que participam da iniciativa é essencial desenvolver guias de códigos e manuais que auxiliem as empresas na implantação do Atuação Responsável, e ainda criar indicadores que permitam avaliar o desempenho das empresas químicas no campo socioambiental.

Para atingir os objetivos, foram criados seis códigos de conduta que contemplam mecanismos de repasse das informações para a comunidade, incluindo planos de emergência com a participação dos residentes próximos às unidades; estratégias para implantar a prevenção da poluição; medidas para garantir a segurança de processos e produtos; redução de riscos nas atividades de armazenamento e transporte de produtos químicos; procedimentos de segurança e saúde nas unidades industriais e gerenciamento socioambiental do produto, do início do processo produtivo à disposição final (MAZUREK, 1998).

O Atuação Responsável apresenta-se como uma nova forma de as indústrias químicas conduzirem seus negócios, baseada em compromissos éticos das empresas com a sociedade. Para os representantes do setor, a iniciativa tem resultado em melhoria significativa do desempenho socioambiental das unidades químicas. Destaca-se a redução das emissões de poluentes no ar, solo e água em 56%, entre 1987 e 1993, nos Estados Unidos; a redução em mais de 90% das emissões de dioxina, mercúrio, chumbo e zinco em corpos d'água, entre 1985 e 1996, na Noruega; e redução em 50% nas taxas de acidentes em locais de trabalho, entre 1980 e 1996, na França. Mesmo assim, é importante frisar que não há certeza de que esse desempenho ambiental esteja efetivamente conectado ao programa ou a outros fatores, como o aumento do rigor na legislação e a maior mobilização das comunidades (MAZUREK, 1998).

Johnson (1998) relata que a cooperação entre a indústria química e o órgão ambiental nunca foi tão grande e que o Atuação Responsável está favorecendo uma mudança cultural, incrementando a responsabilidade nas empresas. Também Mazurek (1998) reforça como ponto bastante positivo do programa a comunicação com as comunidades próximas às unidades industriais. Segundo o autor, esse parece ser efetivamente o maior êxito do programa até o presente momento. Pesquisas conduzidas com os associados do Atuação Responsável nos Estados Unidos revelaram que 61% das indústrias acreditam que a iniciativa foi fundamental para a aproximação e melhoria do diálogo com a comunidade.

Pesquisas realizadas em localidades em que já funcionam os comitês também mostraram uma imagem melhor das empresas junto à população local do que nas comunidades em que o programa não é conhecido. A opinião favorável das comunidades sobre as empresas vizinhas teria crescido de 44%, em 1989, para 80%, em 1994. Ainda assim, a melhoria da relação entre empresas e comunidades não foi suficiente para reverter a péssima imagem das empresas diante da totalidade da opinião pública, uma vez que os comitês reúnem uma fração reduzida da população estadunidense (MAZUREK, 1998).

Outro fator considerado importante pelos representantes do Atuação Responsável é que a iniciativa tem contribuído para que haja um maior intercâmbio de informações entre as empresas, permitindo melhor disseminação do aprendizado entre seus associados e favorecendo um maior entendimento por parte das empresas da relação entre sua ação e seus reflexos sobre o meio ambiente. O desenvolvimento do programa também estaria gerando como subproduto a capacitação das empresas para a eventual adoção de processos de certificação, como a ISO 14001, em razão dos pontos comuns existentes entre as duas iniciativas (DEMAJOROVIC, 2003).

Apesar dos resultados positivos observados nos países desenvolvidos, as grandes empresas do setor, convencidas de que o aumento da mobilização ambientalista poderia afetar a indústria química como um todo, passaram a exportar a ideologia de prevenção da poluição para suas subsidiárias em diversos países. Implicitamente, nessa nova política não está apenas a preocupação em melhorar o desempenho ambiental das subsidiárias e reduzir as possibilidades de acidentes. Johnson (1998) afirma que, no discurso de segurança e ética ambiental e na necessidade de padronização de procedimentos, há importantes fatores comerciais envolvidos. O crescimento do setor químico dos países em desenvolvimento, que não precisava respeitar padrões ambientais tão rígidos, poderia tornar-se uma grande desvantagem econômica para as empresas nos países centrais. Nesse contexto, argumenta Johnson (1998), as multinacionais querem estabelecer as mesmas regras do jogo para todos os jogadores visando assegurar suas

vantagens competitivas. Para tanto, é necessário estabelecer uma harmonização de padrões ambientais em diferentes países, o que, além de garantir vantagens competitivas, cria mercados para outros serviços.

3 O programa no Brasil

O programa brasileiro foi desde seu início coordenado pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), que conta atualmente com cerca de 170 empresas químicas e petroquímicas de grande porte associadas, além de outras empresas de médio e pequeno porte. A implementação do Atuação Responsável, assim como sua manutenção, é feita por meio de comissões de lideranças representadas pelas empresas associadas, que tem como principal tarefa desenvolver os códigos de práticas gerenciais. Trata-se de manuais que auxiliam as empresas a implementar o programa, englobando seis áreas: segurança de processos (1994); saúde e segurança do trabalhador (1994); proteção ambiental (1995); transporte e distribuição (1995); diálogo com a comunidade e preparação de atendimentos de emergência (1997), e gerenciamento de produtos (1997) (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA, 1998).

Em linhas gerais, o objetivo é que, por meio dessas seis práticas, todos os aspectos referentes à saúde, segurança e meio ambiente sejam considerados em todas as fases do ciclo de vida do produto, minimizando a geração de efluentes e emissões de resíduos sólidos, além da possibilidade de eventuais acidentes que afetem os trabalhadores, o meio ambiente ou a comunidade vizinha.

A adoção do programa teve de vencer uma série de resistências no país. Para diversos representantes de empresas químicas, a questão da imagem pública do setor limitava-se às corporações multinacionais, especialmente em seus países de origem. Empresários nacionais também argumentavam que a iniciativa poderia atrair ainda mais a atenção dos órgãos ambientais para o setor, culminando em uma legislação ambiental mais restritiva. Nesse cenário, a ação de empresas multinacionais atuando no Brasil foi fundamental

para que o Atuação Responsável se tornasse uma realidade no Brasil.

A principal motivação para os gestores dessas organizações era o medo do avanço das regulamentações governamentais, como observado em outros países. Na expectativa de que as crescentes pressões públicas, em termos de legislação, vistas em outras partes do mundo, chegassem ao Brasil mais rápido e mais fortes, as multinacionais defendiam que o programa permitiria às empresas do setor ir além das regulamentações, antecipando futuras demandas de órgãos públicos e da sociedade.

Em maio de 1992, o Atuação Responsável foi oficialmente estabelecido no Brasil com a participação de 50% dos associados da Abiquim. Em 1993, a mesma entidade tinha desenvolvido seis códigos de práticas (com guias e *checklists*) para o programa: segurança de processos; segurança e saúde do trabalhador; transporte e distribuição; proteção ambiental; respostas a emergências e diálogo com a comunidade, e gerenciamento de produto. Os códigos estavam disponíveis para implementação, em janeiro de 1994. Em março de 1996, os guias dos códigos foram publicados. A Abiquim decidiu por não replicar os códigos e as guias de implementação do programa e pôs ênfase em liderança, participação do empregado e sistema de gestão. Na época, os membros da associação não eram obrigados a assinar o compromisso com o programa, como no caso dos Estados Unidos e Canadá. As pequenas e médias empresas eram as mais relutantes em aderir à iniciativa. Embora as pesquisas mostrassem que muitas dessas empresas concordavam em que o programa tinha seu valor agregado, elas não tinham recursos tecnológicos ou pessoal para operacionalizá-lo. Até 1998, o programa não foi obrigatório para os membros da entidade.

De 156 membros da Abiquim, 118, o equivalente a 75%, assinaram o compromisso com o Atuação Responsável em março de 1996. Desse total mais de 90% representavam as companhias líderes de mercado. Em 1997, 104 de 138 companhias químicas assinaram ou renovaram seu compromisso com o programa (JOHNSON, 1998).

Segundo Roberts (1998), de 219 empresas químicas selecionadas em uma pesquisa, somente

42 estavam realmente comprometidas com o Atuação Responsável. As empresas mais envolvidas com a iniciativa no Brasil eram estrangeiras e gerenciadas de maneira muito profissional. Normalmente eram empresas de grande porte, com mais de 200 funcionários e com exportações na ordem de 3 milhões de dólares por ano. Segundo esse autor, os não participantes tendiam a ser empresas menores e nacionais. No entanto, nem um nem outro tipo de empresas parecia estar respondendo às fortes pressões dos ambientalistas locais ou de agências regulatórias.

Para Johnson (1998), o sucesso da implementação do Atuação Responsável no Brasil é difícil de ser avaliado. Uma das metas do programa é a auto-avaliação, não somente como meio de fazer um *benchmarking* ou verificar sua posição para determinar aonde se quer chegar, mas também para dar evidências de avanços progressivos às comunidades e ao governo. Os esforços da Abiquim em trazer à tona essas avaliações como parte mandatória para os assinantes do programa não foram tão bem quanto o esperado. Enquanto em 1995, somente 74 de 103 companhias foram avaliadas, em outro processo, um número ainda menor – 19 companhias – forneceu as informações solicitadas.

Em 1998, no entanto, a Abiquim informava que 70% dos seus 133 membros já haviam adotado o programa. Desse total, em 1999, 75% tinham implementado o código segurança de processo, 50% o de prevenção à poluição, transporte e distribuição, e 30% o de respostas a emergências e gerenciamento de produto. As multinacionais da América do Norte eram as mais avançadas na implementação do programa.

Apesar da diferença do grau de comprometimento das empresas nacionais e estrangeiras, cresceu a percepção dos representantes do setor de que as empresas ganhavam mais trabalhando juntas e compartilhando informações do que competindo intensamente entre si.

Muitos executivos que participavam do programa acreditavam que as práticas de gerenciamento ambiental poderiam contribuir para uma sólida imagem, fazendo com que renovassem seus compromissos. De qualquer modo, a participação no Atuação Responsável não era

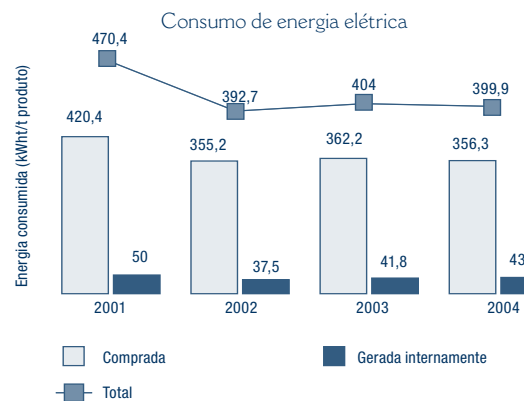
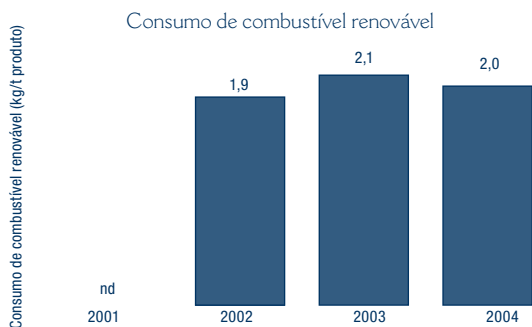
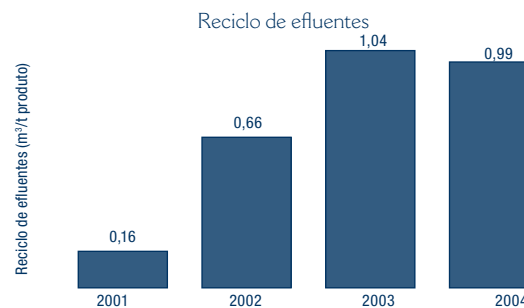
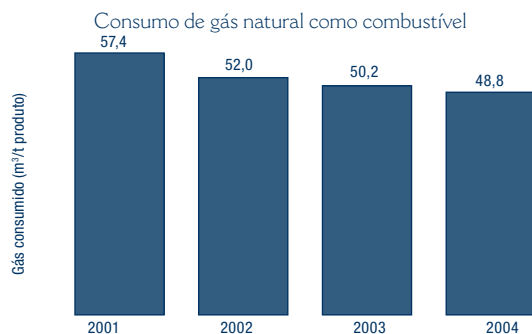
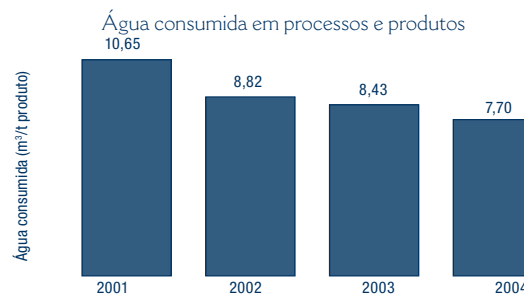
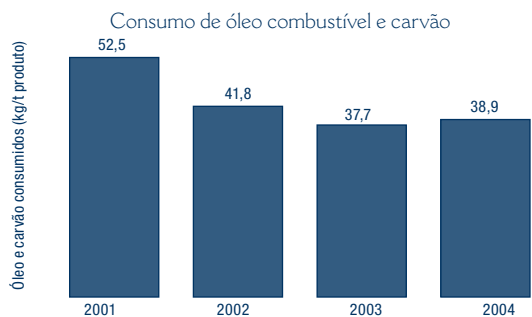
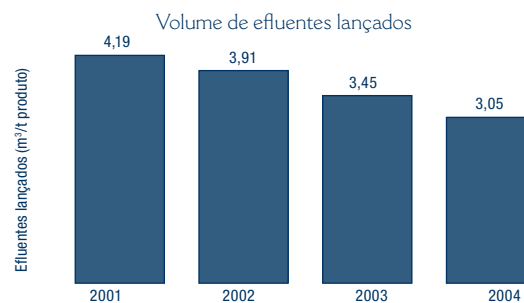
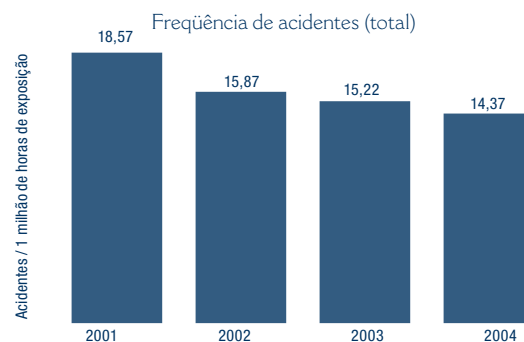
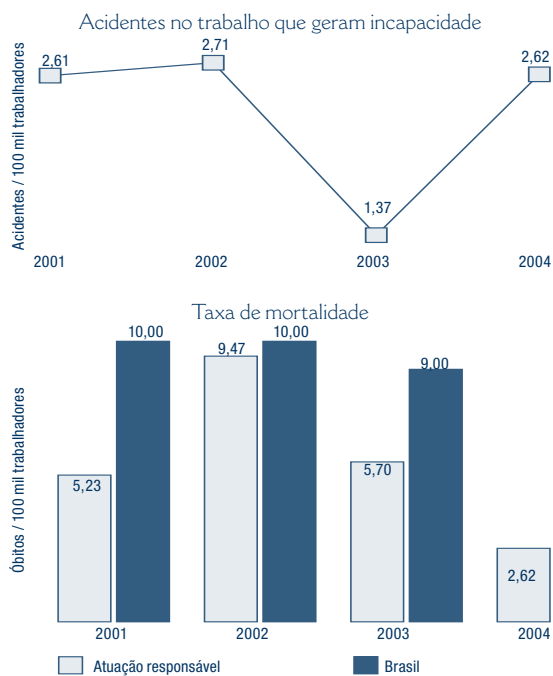
mantida especificamente para preservar o meio ambiente nem para ganhar vantagem competitiva. Embora houvesse exemplos de companhias lucrando com a implementação de programas de reciclagem e redução de resíduos sólidos e companhias quantitativamente demonstrando uma considerável redução de custos com esses programas, menos de 50% das 104 companhias participantes do programa viam o tema ambiental como parte do negócio.

A idéia de que “a prevenção à poluição não se paga” fazia com que o interesse pelo meio ambiente fosse limitado. Isso explica, em parte, porque o Atuação Responsável foi implementado tão lentamente no Brasil. Apesar dessas dificuldades, um dos principais resultados do programa tem sido a construção de uma série histórica de diversos indicadores socioambientais das empresas envolvidas na iniciativa. No Quadro I, estão alguns indicadores divulgados pela Abiquim.

As empresas químicas e petroquímicas consolidam e divulgam anualmente indicadores, que são semelhantes aos usados internacionalmente pela indústria química ou por outros setores, e visam a facilitar o entendimento pelo público do trabalho desenvolvido pelo setor (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA, 2005).

Para a Abiquim, os indicadores revelam que, na maioria dos casos, houve uma significativa melhoria no desempenho das empresas associadas nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente. Além disso, indicam o crescimento da conscientização por parte do setor de se reduzirem as perdas provocadas por acidentes e pelo desperdício de recursos naturais, utilizados como fontes de matérias-primas e de energia (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA, 2005).

É importante mencionar que o programa passou por um processo de revisão, concluído neste ano. Alterações importantes foram introduzidas, visando a melhorar ainda mais o desempenho da cadeia produtiva química em saúde, segurança e meio ambiente. Além disso, foi incorporada, no programa, a gestão social e de qualidade, buscando-se a integração de outros aspectos que, sem dúvida, contribuem para que as empresas tenham uma atuação responsável alinhada



Quadro I: Indicadores do Atuação Responsável

Fonte: Associação Brasileira da Indústria Química (2005).

ao princípio do desenvolvimento sustentável, o grande desafio para toda a sociedade.

As razões principais que motivaram essa revisão do programa foram:

Aprimorar o modelo e o conteúdo: o modelo atual tem-se mostrado muito complexo e burocrático. O desafio é melhorar a gestão do produto de maneira mais efetiva;

A legislação brasileira e os acordos internacionais ligados às atividades químicas cobrem práticas anteriormente voluntárias: quando o programa foi lançado, apenas algumas práticas gerenciais eram obrigatórias por lei; atualmente, o número aproxima-se de 65%;

Diversas empresas já implantaram as práticas atuais: que adotaram 100% estão buscando alternativas para novas demandas internas e externas;

Revisão internacional do programa: outras associações, além do ICCA, já estão trabalhando o tema;

Aumentar o valor agregado do programa para as empresas associadas e sua integração com o negócio: deve dar mais ênfase à quantificação de aspectos que evidenciem valor para os negócios das empresas associadas.

O programa revisado está em fase de implementação por todo o setor produtivo do segmento químico signatário dele no Brasil. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA, 2005).

Levando em consideração o que foi apresentado, observa-se que a conjunção de uma série de forças endógenas e exógenas está contribuindo para que as empresas que atuam no Brasil incorporem preocupação socioambiental. Nenhum outro setor industrial no país apresenta uma ação voluntária tão abrangente e integrada quanto a proposta do Atuação Responsável. No entanto, apesar de bons resultados, em termos mundiais, a iniciativa ainda é vista com bastante ressalvas por um grande número de *stakeholders*.¹

4 **Análise crítica do Atuação Responsável e considerações finais**

É certo que, depois de 30 anos de confronto, a política atual das empresas do setor químico, pelo menos no discurso, pouco lembra a adotada no início dos anos 1960. Para aumentar os lucros ou sobreviver, as próprias empresas optaram por um “socioambientalismo empresarial” que se caracteriza em pregar medidas voluntárias como a adoção do Atuação Responsável, priorizando a prevenção da poluição e a segurança dos processos industriais. Não se pode esperar, no entanto, que o programa provoque uma verdadeira revolução nas indústrias químicas, uma vez que, na prática, o setor parece disposto a fazer pequenas modificações na produção, mantendo a capacidade de gerar maiores quantidades de produtos e lucros. Paralelamente, o foco é reverter a imagem perante os principais *stakeholders*, como afirmou Brian Wastle, representante da CCPA, quando questionado sobre se o programa canadense estaria revertendo a imagem negativa do setor. O programa contribuiu pouco para reverter a imagem das empresas químicas canadenses perante a opinião pública; entretanto, a ênfase é melhorar a imagem junto ao público-alvo: comunidade e governo. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA, 1999).

Para alcançar os objetivos propostos pelo programa, no entanto, a iniciativa depende de que as práticas nas áreas de meio ambiente, saúde e segurança se tornem uniformes ou semelhantes nos diversos países produtores, incluindo os em desenvolvimento. Concretamente, o programa constitui uma campanha de relações públicas integrada, uma vez que favoreceu a aproximação e a cooperação entre competidores. Mas, acima de tudo, o programa é a defesa de uma ideologia que procura eliminar as contradições inerentes ao desenvolvimento do setor. Ressaltando a importância da responsabilidade empresarial, divulga-se a idéia de que apenas as empresas que incorporarem a abordagem de prevenção à poluição calcada na preocupação com a qualidade ambiental, com a saúde ocupacional e com a segurança industrial conseguirão sobreviver no novo contexto. O

ponto nevrálgico dessa ideologia, porém, concebe como contexto ideal para as empresas uma política voluntária das organizações para a prevenção da poluição aliada a uma menor intervenção estatal, como pode ser observado em relatório produzido pelo ICCA:

Talvez a conquista recente mais notável da indústria química japonesa englobe um dos principais objetivos do programa Atuação Responsável: melhoria voluntária do desempenho das operações químicas nas áreas de saúde, de segurança e de meio ambiente. Em abril de 1997, a lei japonesa de controle de poluição foi revista, estipulando que as emissões de 12 substâncias químicas estão sujeitas aos esforços de redução voluntária das próprias empresas nos próximos três anos. Os resultados apurados até o momento indicam que a emissão das 12 substâncias foi reduzida quando comparada ao ano base de 1995, e que, no final de 1998, estas já haviam superado as metas propostas: aldeído acético (redução de 47% contra a meta de 30%); 1,2 dicloroetano (redução de 43,8% contra a meta de 30%); diclorometano (redução de 22,1% contra a meta de 20%); e formaldeído (redução de 63% contra uma meta de 30%). (INTERNATIONAL COUNCIL OF CHEMICAL ASSOCIATIONS, 1998, tradução nossa).

No entanto, o maior problema do programa ou sua fragilidade perante a opinião pública pode estar na forma escolhida para sua avaliação. Como se trata de um programa voluntário, o Atuação Responsável não impõe objetivos quantitativos para a redução da poluição ou prazos para que determinados tipos de emissão cessem ou diminuam. Seu critério de desempenho é a verificação da implementação dos códigos referentes aos sistemas de gestão por parte dos associados nos diferentes países.

No 3º Congresso de Atuação Responsável, realizado no mês de setembro de 1999, em São Paulo, Kin Loughran, editor da *Tomorrow*

Magazine, fez uma análise crítica do programa apontando sua baixa credibilidade.

Segundo Loughran, a grande flexibilidade do programa – em muitos países, os integrantes das associações químicas não são obrigados a participar da iniciativa – e a excessiva benevolência das associações e empresas químicas em relação à ação dos *bad guys* do setor impedem que o programa ganhe maior visibilidade e respeito fora do mundo químico.

A resistência de algumas empresas associadas à iniciativa de admitir erros cometidos, como a Solvay Indupa do Brasil, no caso da cal contaminada por dioxinas, ou a Rhône-Poulenc, grupo controlador da Rhodia, que negou ter contaminado águas subterrâneas na Suíça, ou ainda a Monsanto, envolvida na polêmica dos transgênicos, foi um dos exemplos citados que dificultam a reversão da imagem do setor.

Os críticos também apontam a ausência de transparência do trabalho realizado pelo programa. Nos Estados Unidos, os códigos de conduta são apresentados a um conselho composto por um representante do Corpo de Bombeiros, um fazendeiro, um médico e um morador que residam na proximidade de uma unidade produtiva. Entretanto, grupos ambientalistas, sindicatos e representantes de órgãos públicos estão ausentes. A exclusão desses grupos do desenvolvimento dos códigos é justificada pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) como uma necessidade de preservar a autonomia do programa e mantê-lo atrativo para seus associados (MAZUREK, 1998).

Para críticos mais contundentes como os grupos ambientalistas influentes Greenpeace e Friends of Earth, a iniciativa pode ser comparada a uma tentativa de colocar a “raposa para cuidar do galinheiro”. Quem coordena o programa em nível mundial e local são instituições criadas pelas indústrias químicas, alinhadas com suas posições (MAZUREK, 1998).

Cientes dos problemas de credibilidade do programa, algumas associações, como a estadunidense, a canadense e a australiana, que representam países em que a descrença na iniciativa é maior, estão desenvolvendo um sistema alternativo de verificação por terceiros. Essas estratégias procuram ir além da opção recomendada pelo

programa que se restringe à montagem de um sistema de indicadores de desempenho, a partir de respostas voluntárias das empresas para os questionários elaborados pelas próprias associações, o que torna a avaliação extremamente suspeita.

No Canadá, por exemplo, a verificação por terceiros é obrigatória para toda empresa que afirma ter implementado o Atuação Responsável em sua totalidade. A auditoria é realizada por um grupo formado por dois especialistas industriais, um membro do Comitê Nacional da CCPA e um residente da localidade onde está instalada a unidade produtiva. O grupo entrevista gerentes, trabalhadores, vizinhos, clientes e distribuidores, com o objetivo de verificar se todos os códigos foram efetivamente implementados (INTERNATIONAL COUNCIL OF CHEMICAL ASSOCIATIONS, 1998).

Segundo relatório publicado pelo ICCA, a maioria das empresas canadenses associadas ao Atuação Responsável realizou essa atividade e, dos 1,5 mil dados coletados pelos diferentes grupos, cerca da metade atesta o excelente desempenho das empresas nos sistemas de gerenciamento, especialmente no que concerne à prevenção da poluição. A metade das informações levantadas corresponde a sugestões para melhoria da conscientização dos trabalhadores e da comunicação com a comunidade, particularmente no que se refere a medidas preventivas no caso de acidentes químicos ampliados. É importante notar que, também neste caso, a auditoria se limita a avaliar a implementação dos códigos e não os dados quantitativos de poluição ou substituição de produtos considerados perigosos.

Já nos Estados Unidos, com um sistema de verificação por terceiros semelhante ao canadense, a iniciativa enfrenta maior resistência por parte das empresas. Muitos associados temem que os indicadores disponibilizados para o público possam ser utilizados pelos órgãos ambientais ou organizações não-governamentais (ONGs) como instrumentos para aumentar ainda mais a legislação. Assim, a auditoria externa não é obrigatória para seus membros, sendo as informações tratadas como propriedade das indústrias, que têm poder de decisão sobre a disponibilidade dos dados. Assim, a ferramenta, que teria como

objetivo inicial permitir a verificação do desempenho ambiental das organizações e disseminar as informações, transformou-se apenas em instrumento de aprendizado e disseminação do conhecimento restrito aos próprios associados. Interessante notar que, mesmo com a garantia de sigilo das informações, somente 50 empresas das 193 associadas à CMA realizaram esta auditoria externa (INTERNATIONAL COUNCIL OF CHEMICAL ASSOCIATIONS, 1998).

Outra medida tomada por representantes do Atuação Responsável para aumentar a credibilidade foi a maior integração com outros atores sociais. Em diversos países, as associações estão incrementando os contatos com organizações sindicais e governamentais.

Em que pese as iniciativas citadas acima, o grande desafio, ressaltado em vários discursos durante a realização do evento no Brasil, continua sendo a ampliação da credibilidade do programa junto aos grupos organizados e tradicionalmente céticos diante do novo discurso socioambiental das indústrias químicas, como reconhece o próprio ICCA:

O baixo nível de confiança da população em relação ao setor químico, apesar dos esforços feitos para aumentar o desempenho e melhorar o conhecimento e a confiança do público em relação à indústria, continua a ser a principal preocupação. (INTERNATIONAL COUNCIL OF CHEMICAL ASSOCIATIONS, 1998, tradução nossa).

A mais recente pesquisa produzida no mundo sobre a percepção dos *stakeholders* em relação ao Atuação Responsável confirma esse diagnóstico. Realizada, em 2004, pela ONG SustainAbility (2004), com base em 40 entrevistas com múltiplos *stakeholders* da indústria química, incluindo acadêmicos, gestores públicos, grupos comunitários, organizações multilaterais e consumidores, localizados nos Estados Unidos, Europa, Ásia, África e América Latina. Entre os principais resultados da pesquisa destaca-se a distância entre o que o setor entende que avançou nas áreas de

meio ambiente e segurança e a percepção dos *stakeholders* externos sobre a iniciativa.

O Atuação Responsável contribuiu significativamente para melhorar o desempenho ambiental e social da indústria química desde sua implementação há duas décadas. No entanto, do grande esforço por parte da indústria para publicizar o sucesso da iniciativa, o Atuação Responsável permanece praticamente desconhecida da opinião pública e frequentemente é criticado por aqueles que o conhecem. (SUSTAINABILITY, 2004, p. 7).

Para a maior parte dos entrevistados, a comunicação feita pela indústria química é sempre reativa, associada às situações de emergência e entendida como uma campanha de relações públicas e de *marketing*. Há uma percepção geral de que a indústria não está disposta a compartilhar tudo o que sabe com a opinião pública, e que os testes feitos em produtos são muito menos rigorosos do que deveriam ser, pelo próprio temor das empresas em lidar com os resultados dos testes.

Um ponto importante da pesquisa é que há um consenso em relação à importância da combinação da regulamentação e de iniciativas voluntárias por parte das empresas para a melhoria do âmbito socioambiental. No entanto, em face do histórico da atuação do setor, a legislação é vista ainda como um instrumento mais relevante. Para a maior parte dos entrevistados, a eficiência das ações voluntárias, como no caso do Atuação Responsável, dependeria diretamente da disposição do setor em aumentar a transparência, implementar a verificação por terceiros e estabelecer indicadores para o setor como um todo, além de objetivos e prazos para a melhoria do desempenho.

Se, efetivamente, não é possível perceber qualquer alteração positiva da opinião pública ou identificar a real contribuição do programa para a melhoria do desempenho socioambiental, alguns aspectos positivos decorrem claramente da implementação dessa iniciativa.

Nos Estados Unidos, por exemplo, onde os grupos ambientalistas se mostram céticos em relação ao programa, afirmando que mudanças mais significativas seriam necessárias para reverter os problemas referentes aos resíduos tóxicos, a iniciativa tem favorecido a relação entre as empresas e o órgão regulador e, especialmente, com as comunidades locais.

No Brasil, alguns resultados do programa, segundo Johnson (1998), são bastante significativos. O Atuação Responsável ajudou a melhorar as relações entre a Abiquim e o governo. As agências ambientais reconhecem o comprometimento das empresas participantes em implementar efetivamente as atividades inerentes ao programa. Este tem demonstrado ser eficaz no que diz respeito ao gerenciamento ambiental, sob amplo espectro, incluindo segurança nas instalações, processos e produtos, saúde ocupacional de seus trabalhadores e proteção ambiental, internamente e ao longo da cadeia produtiva.

Como se apóia na melhoria do desempenho, o diálogo com a comunidade e com a sociedade tem-se tornado muito mais transparente, contribuindo para as relações empresa-comunidade. Esse esforço reforça o conceito de credibilidade da indústria química em geral.

No entanto, é importante mencionar que há uma grande resistência por parte dos associados, principalmente das pequenas e médias empresas, em realizar investimentos na área ambiental, dialogar com a comunidade e divulgar dados. Quanto a esse aspecto, somente as grandes empresas mantêm atividades formando os conselhos comunitários consultivos (CCC) nas comunidades onde atuam, principalmente nos pólos petroquímicos.

Além disso, os próprios indicadores, postos à disposição pela Abiquim, evidenciam os resultados e limites da iniciativa. Os indicadores apresentados neste trabalho mostram claramente um avanço no que se refere ao desempenho nas áreas de segurança do trabalho e ecoeficiência. Nesse sentido, destaca-se a redução da frequência de acidentes e da taxa de mortalidade observada nas empresas associadas. Paralelamente diminuíram o consumo de gás natural, a utilização de água e o volume de

efluentes lançados, indicando que as empresas participantes da iniciativa têm conseguido racionalizar o uso de recursos naturais por unidade produzida. Ainda assim, os indicadores mostram como ainda são tímidas as iniciativas nas áreas de reúso de água e emprego de energia renovável. Trata-se de duas áreas de importância vital na busca da sustentabilidade das organizações empresariais.

Para alcançar esse ideal, no entanto, é preciso ir além de mudanças incrementais de melhorias nos processos e tentar obter indicadores de ecoeficiência mais positivos. O compromisso com o desenvolvimento sustentável depende de inovação e de tecnologias alternativas que evidenciem que as empresas químicas alcancem um novo patamar no que se refere à busca pela sustentabilidade.

Por fim, de tudo que foi exposto, ressalta-se que programas voluntários como o Atuação Responsável, embora representem um grande avanço do setor – com benefícios tangíveis para a sociedade –, ainda são falhas em questões como a transparência desafiam tais iniciativas a se legitimar perante a opinião pública, de forma que a população reconheça efetivamente que as empresas se encontram em um novo patamar em relação à responsabilidade socioambiental que lhes cabe.

Voluntary actions: a critical analysis of the Responsible Care program

In 2006, the Responsible Care will complete 21 years in place. It is one of the most important worldwide voluntary social and environmental initiative taken by an industrial sector during the last two decades. This initiative had as motivating factors the solution of public image problems faced by the chemical industry due to the increasing of the regulations on environmental, health and safety fields associated with the critical accidents and contamination processes occurred during 1970 and 1980. In order to face this reality, key representatives of the chemical industry have understood to be essential the adoption of

a integrated program having as main objective to change management practices in the social and environmental areas and, at the same time, revert the negative image and public opinion. A critical analysis of the results achieved by this initiative, however, shows very different visions related to the program and its limits. This paper analyzes the development of this initiative worldwide, indicating its results and weaknesses.

Key words: Socio-environmental risks.
Industrial accidents. Indicators.

Notas

- 1 Grande parte das informações apresentadas neste subitem foram levantadas diretamente junto a Abiquim, uma vez que um dos autores é membro ativo da CMA deste órgão tendo acesso direto às informações desta iniciativa.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA. In: CONGRESSO DE ATUAÇÃO RESPONSÁVEL, 3., 1999, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Abiquim, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA. *Avaliação do progresso do programa Atuação Responsável*. São Paulo: Abiquim, 1998. mimeo.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA. *Relatório de Atuação Responsável 2006*. São Paulo: Abiquim, 2005. Disponível em: <http://www.abiquim.org.br/site_relatorio3/relatorio_ar_2006.pdf>. Acesso em: 4 maio 2006.

DEMAJOROVIC, J. *Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa*. 1. ed. São Paulo. Senac, 2003

INTERNATIONAL COUNCIL OF CHEMICAL ASSOCIATIONS. *Responsible care status report*. Bruxelas: ICCA, 1998. Disponível em: <<http://www.cefig.org/activities/HSE/RC/ICCA/Report98/01.htm>>. Acesso em: 18 jun. 1999.

JOHNSON, R-R. G. *Exporting and importing environmentalism: industry and the transnational dissemination of ideology from the United States to Brazil and Mexico*. 1998. Tese (Doutorado em Ciência Política)-Universidade de Michigan, Lansing, 1998.

MAZUREK, J. *The use of unilateral agreements in the United States: the responsible care initiative*. Paris: Orlis-OECD, 1998. Disponível em: <[http://www.orlis.oecd.org/orlis/1998doc.nsf/c16431e1b3f24c0ac12569fa005d1d99/0cce19f11b51dba0c12566d50032c8fa/\\$FILE/I2E89340.DOC](http://www.orlis.oecd.org/orlis/1998doc.nsf/c16431e1b3f24c0ac12569fa005d1d99/0cce19f11b51dba0c12566d50032c8fa/$FILE/I2E89340.DOC)>. Acesso em: 4 maio 2006.

PIASECKI, B. W. *Corporate environmental strategy: the avalanche of change since Bhopal*. 1. ed. Nova York: John Wiley and Sons, 1995.

ROBERTS, J. T. *The end of pollution haven as comparative advantage? Emerging environmental standards and Brazilian chemical industry*. 10 nov. 1998. prelo.

SUSTAINABILITY. *External stakeholder survey: final report for the global strategic review of Responsible Care*. 1. ed. Washington: SustainAbility, 2004.

Recebido em: 4 fev. 2006 / aprovado em: 22 maio 2006

Para referenciar este texto

DEMAJOROVIC, J.; SOARES, F. R. Ações voluntárias: uma análise crítica do programa Atuação Responsável. *Revista Gerenciais*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 63-74, jan./jun. 2006.